

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, Roceiros e Rebeldes. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001. 306p. (História).

André Figueiredo Rodrigues*

A escravidão é um dos temas mais férteis na historiografia brasileira. Muito se tem escrito e comentado desde os trabalhos de Gilberto Freyre sobre o escravismo paternalista, doméstico e doce, e que chamaram atenção para a sua importância nas relações sociais, destacando-se a miscigenação.

Com visão diametralmente oposta a de Gilberto Freyre surgiram, nas décadas de 1960 e 1970, estudos científicos centrados no enfoque sociológico das relações sociais e na discussão da natureza capitalista da economia escravista. Pesquisas saídas das universidades brasileiras, principalmente da Universidade de São Paulo, como as de Florestan Fernandes sobre a integração do negro na sociedade de classes, de Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso sobre o capitalismo e escravidão no sul do país, permearam esse momento.

Em fins dos anos 70, novas contribuições vieram à tona no debate entre a natureza capitalista ou não da escravidão. Estudos como os de Ciro Flamarion Cardoso, Antonio de Barros Castro, Jacob Gorender e Fernando Novais vão por esse caminho, lançando novas formulações a respeito da escravidão. A partir desse momento, pesquisas universitárias produzidas fora da Universidade de São Paulo começaram a aparecer com maior destaque. Os estudos elaborados pelos norte-americanos, conhecidos como brasilianistas, também ganharam alento. Foi nesse momento, por exemplo, que surgiu os estudos do historiador e professor Stuart Schwartz sobre a escravidão na Bahia.

Na coletânea intitulada *Escravos, Roceiros e Rebeldes*, Stuart Schwartz explora a relação complexa

e dinâmica entre escravos, senhores e outros grupos na sociedade escravocrata brasileira. O livro apresenta seis textos elaborados e escritos durante as duas últimas décadas do século XX, quando se dedicou ao estudo da escravidão no Brasil. Mas, ao contrário de somente republicá-los, preocupou-se em reformular e/ou ampliar boa parte deles.

No primeiro capítulo apresenta “A historiografia recente da escravidão brasileira”. Nele discute as tendências predominantes entre os historiadores norte-americanos e brasileiros no estudo de nossa escravidão ao longo dos últimos quarenta anos. Schwartz preocupou-se em indicar os principais acadêmicos e suas obras mais significativas, posicionando-os no contexto da evolução dos estudos da escravidão fora do Brasil, tais como a comparação entre os sistemas escravagistas da América do Norte protestante com os da América Latina católica, o funcionamento da escravatura e suas consequências para o desenvolvimento econômico, a resistência escrava e o uso da demografia histórica, que permitiu conhecermos em detalhes a estrutura de posse de escravos, a família cativa, os processos de manumissão – “ação judicial em que os direitos de propriedade eram cedidos e na qual o ex-escravo assumia nova personalidade e responsabilidade jurídicas” (p. 173) – e características da população livre e escrava.

O segundo ensaio, “Trabalho e cultura: vida nos engenhos e vida dos escravos”, reintroduz temas estudados pelo autor na obra *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835* [São Paulo: Companhia das Letras, 1988],

* Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

publicada originalmente em 1985. Neste capítulo a sua preocupação foi compreender, a partir das relações de trabalho, como se desenvolviam a vida e as aspirações dos escravos na sociedade brasileira, principalmente as ocorridas nas lavouras de cana-de-açúcar da Bahia. Como lembrou o autor, “ignorar a centralidade da mão-de-obra é deixar de entender o que era a escravidão” (p. 15), pois os requisitos do trabalho prepararam o palco onde os senhores e os escravos realizaram uma série de negociações que abriram certo “espaço social” para os cativos na sociedade brasileira.

De acordo com Stuart Schwartz, o regime de trabalho na lavoura canavieira definiu os contornos da vida escrava, como também os seus objetivos e aspirações para fazer com que o regime funcionasse tranquilamente. A polêmica tese da “brecha camponesa”, no Brasil incorporada por Ciro Flamarion Cardoso, que defende o caráter estrutural e comercial das atividades autônomas dos escravos, aparece nessa parte da obra, a fim de mostrar como os senhores usavam as lutas e as negociações dos cativos para atingir suas metas. De certa forma, as aspirações dos escravos, tais como seu desejo de autonomia na produção de alimentos, não eram constantes e se mostravam influenciadas pelas condições do mercado existentes no Brasil em fins do século XVIII. É assim, por exemplo, que aparece na parte final do segundo capítulo as interessantes e impressionantes reivindicações de um grupo de escravos do Engenho Santana, um dos grandes latifúndios do sul da Bahia, localizado em Ilhéus, que se rebelou em 1789, devido as suas insatisfações com determinados aspectos do regime de trabalho. Das 19 exigências propostas no seu “Tratado de Paz”, para que voltassem ao trabalho, 13 tratavam diretamente do trabalho cativo: reavaliação das quotas diárias que deviam exercer em diversas tarefas, revisão do número mínimo de trabalhadores a serem escalados para determinadas atividades e se recusavam terminantemente a trabalhar em canavial alagadiço ou mariscar.

Mais, de todas as propostas, os itens relacionados à subsistência são os mais interessantes. Primei-

ro porque os escravos pediram as sextas-feiras e os sábados para trabalhar em seus próprios lotes; depois, porque solicitaram o direito de plantar arroz e cortar madeira sempre que desejassem, além de pedir que o senhor lhes fornecesse redes e canoas para que pudessem complementar a sua alimentação com a pesca. O resultado do acordo entre os escravos rebelados e o senhor do engenho, além da reprodução dos documentos sobre esse levante, são analisados instigantemente pelo autor.

Continuando com o tema do trabalho, inicia o terceiro capítulo, “Roceiros e escravidão: alimentando o Brasil nos fins do período colonial”, vasculhando as relações entre a economia camponesa e a escravidão em fins dos setecentos, quando a economia exportadora foi acompanhada por uma expansão paralela dos mercados internos de gêneros alimentícios fornecidos por grandes e pequenos produtores (que poderiam ser chamados de roceiros), e que estes recorriam cada vez mais à escravidão para atender a suas necessidades de mão-de-obra.

O crescimento agrícola interno da colônia, assim como a produção cada vez maior de gêneros diversos, o aumento da população, a expansão do tráfico negreiro, da agricultura escravocrata e dos centros urbanos são retratados pelo autor no terceiro capítulo. Neste ensaio também lança luz sobre a diversidade econômica de regiões como, por exemplo, o Rio de Janeiro, que se beneficiará com a transferência da capital de Salvador em 1763 e, a seguir, com a chegada da corte portuguesa em 1808.

No quarto capítulo, “Alforria na Bahia, 1684-1745”, o autor analisa a manumissão e o documento que garantia liberdade ao cativo, chamado de “carta de alforria” ou “carta de liberdade”. Neste estudo, Stuart Schwartz analisou 1160 cartas de alforria registradas nos cartórios da cidade de Salvador, no período entre 1684 e 1745. Através desses documentos e utilizando-se de métodos demográficos detectou a proporção entre as mulheres e os homens emancipados, que chegava a casa de duas mulheres para cada homem, a quantidade de 2% de senhores negros que concederam liberdade aos seus cativos, as

formas e os padrões de pagamento feitos pelos escravos para comprar a sua liberdade, entre outros assuntos.

No penúltimo capítulo, “Repensando Palmares: resistência escrava na colônia”, analisa um dos aspectos de resistência ao escravismo na colônia: a formação de quilombos. Deu destaque ao famoso Quilombo dos Palmares, que existiu no interior de Alagoas e que foi a mais duradoura e a maior das comunidades de fugitivos do nosso passado colonial. No ensaio apontou para novas possibilidades que o estudo da história da África pode proporcionar no questionamento do padrão cultural e da organização dos rebelados em Palmares, uma vez que os escravos brasileiros possuíam raízes culturais africanas.

No último ensaio, “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia”, estuda a família escrava, ou melhor, a escolha dos padrinhos, pelos ou para os escravos, em duas localidades afastadas e distintas economicamente, Curitiba, no Paraná, e Santiago de Iguape, na Bahia.

Enfim, os textos ágeis e objetivos que compõem esta coletânea discutem temas cruciais da historiografia e da escravidão no Brasil. As limitações e as oportunidades que a população cativa tinha na sociedade escravocrata, que a colocava em uma equação desequilibrada de oportunidades e a prejudicava enormemente no embate por melhores condições de vida e poder são os pontos altos dessas pesquisas, que merecem ser lidas e amplamente discutidas.

